

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.633.803 - SP (2019/0363247-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
PROCURADOR : LUCYMAR BARBOZA DE SOUZA PEREIRA - SP120743
AGRAVADO : CERB COMERCIAL ELETROTECNICA RIO BRANCO LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO - Execução fiscal - ISSQN, taxa de fiscalização e multas dos exercícios de 1993 a 1998 - Sentença que reconheceu, de ofício, a nulidade das CDA's e extinguiu a ação – Inconformismo fazendário improcedente - Nulidade das CDA's em decorrência do não preenchimento dos requisitos legais (art. 202, III, do CTN e art. 2º, §5º, III, da Lei nº 6.830/1980) Ausência de indicação do fundamento legal específico e data de vencimento de parcela única ou de parcelas mensais - Exercício do contraditório e da ampla defesa prejudicado - Vício que afeta o próprio lançamento e/ou a inscrição - Impossibilidade da substituição das CDA's - Nulidade dos títulos executivos extrajudiciais reconhecida, nos termos do artigo 485), IV, do CPC/15 - Sentença mantida Recurso não provido.

A parte alega violação do art. 2º, § 8º, da Lei n. 6.830/80, no que concerne à possibilidade de emenda ou substituição dos títulos até a decisão de primeira instância, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Tratando-se de pretensão ventilada em execução fiscal, ainda que se vislumbresse a existência de irregularidade na formação do título, de rigor seria o cumprimento da medida preconizada pelo artigo 2º, §8º, da Lei Federal nº 6.830/80, que expressa e inequivocamente estabelece que "até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída".

Repita-se: a lei que regulamenta o procedimento executivo fiscal é de clareza solar quanto à possibilidade conferida às Fazendas Públicas, de emendar os títulos executivos que aparelham a pretensão executiva fiscal.

[...]

Tudo isso converge a uma única conclusão: a extinção propalada é prematura, e acabou por negar à Fazenda Pública o direito de emendar ou

suprir os vícios que alegadamente se fazem presentes quanto aos elementos formais da petição inicial e documentos (fls. 270/274).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Não é de se olvidar que, em muitos casos, apesar da existência de vício formal ou material, é possível oportunizar ao exequente que proceda à substituição da CDA, com emenda dos equívocos apontados (art. 2º, § 8º da LEF) (Cf. Esp nº 1225978/RJ, Recurso Especial 2010/0226588-5, Rei. Min. Mauro Campbell Marques j. 17/02/11).

Insta consignar que não se trata de equívoco passível de saneamento, caso em que teria aplicação o contido nos artigos 139, IX e 317, do CPC/2015, a fim de oportunizar ao exequente sua correção.

Isto porque referido vício afeta o próprio lançamento efetuado, que terá de ser refeito.

Não se vislumbra, ainda, no caso vertente, vício formal da petição inicial a ensejar a intimação do exequente para emendá-la (art. 321, do CPC/2015), mas sim que se trata de eiva nos títulos executivos que fundamentam a execução, o que conduz inexoravelmente à extinção do feito, nos termos do art. 803,1, e parágrafo único, do mesmo diploma legal (fls.260/261).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha

Superior Tribunal de Justiça

Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente